



**ACÓRDÃO Nº 496/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11169/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Responsável:** João Dantas de Brito Neto (Ordenador de Despesa)
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Carauari
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Advogado:** Erivan Correia de Oliveira Neto - OAB/AM nº 13.784, Bruno Dos Santos Rego - OAB/AM nº 13.310 e Antonia Elena Campeio das Neves Pissolato - OAB/AM nº 13.809.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1148/2019-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Carauari. Exercício de 2016.

*Irregularidade. Multa. Recomendação.  
Determinação. Concessão de Prazo. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. João Dantas de Brito Neto**, com fundamento no art. 22, III, *b* e §1º, da Lei Estadual nº. 2423/96, responsável pelas Contas da Câmara Municipal De Carauari, exercício financeiro de 2016;

**10.2. Aplicar Multa** ao **Sr. João Dantas de Brito Neto** no valor de **R\$ 6.827,20** (seis mil, oitocentos e vinte e sete reais e vinte centavos), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com fundamento no Art. 308, I, *a*, da Resolução nº 04/2002 deste TCE/AM, relativa ao descumprimento do



**ACÓRDÃO Nº 496/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

prazo de envio dos balancetes referentes ao período de Janeiro a Abril de 2016.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. João Dantas de Brito Neto** no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, face à as impropriedades elencadas nos itens 12, 13, 19, 24, 26, 27, 28 e 29 do Voto, as quais demonstram práticas de atos com grave infração às normas de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nos termos do artigo 54, II, da Lei Estadual nº 2.423/96, c/c art.308, VI, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.4. Recomendar** a todos os Presidentes, atual e futuros, da Câmara Municipal de Carauari que:

**10.4.1.** Que promovam o devido levantamento e controle de todos os valores registrados na referida rubrica "Outros Créditos a receber de curto prazo", iniciando, caso ainda possível, o procedimento de recuperação desses valores ao Erário, conforme elencado no subitem 14.7;

**10.4.2.** Que adotem providências quanto à regularização do montante de R\$ 30.227,42 registrado na rubrica "Saldo para o Exercício Seguinte", bem como apurem a devida responsabilização dos que deixaram de liquidar as despesas obrigatórias nos exercícios anteriores, via Ação de Regresso contra os mesmos na forma do art. 42 da LRF, conforme item 15;



**ACÓRDÃO Nº 496/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.4.3.** Mantenham e apresentem toda a documentação comprobatória das despesas com diárias, de modo a permitir que se evitem essas inconsistências em próximas inspeções, conforme subitem 16.3 e 17.6;
- 10.4.4.** Que adotem procedimentos mais claros, registráveis e seguros dos procedimentos de justificação e abono das faltas de seus membros, de modo a possibilitar, nas próximas inspeções, o efetivo controle de seus atos, conforme subitem 18.6;
- 10.4.5.** Que mantenham sistema coerente, atualizado e eficiente de transparência e controle, sobretudo quanto ao Relatório de Gestão Fiscal, conforme subitem 23.4;
- 10.4.6.** Que observem os prazos legais de remessa dos balancetes mensais e RREO, a este Tribunal, via e-Contas, e os prazos legais de publicação do Relatório de Gestão Fiscal;
- 10.4.7.** Que observem a Lei de Licitações quanto aos procedimentos do certame licitatório, notadamente a necessidade de contratação, procedimento formal de dispensa e ritos específicos das modalidades licitatórias;

**10.5. Determinar:**

- 10.5.1.** A inclusão, no plano de inspeção da Comissão competente, a verificação do cumprimento, pela Câmara Municipal de Carauari, do cumprimento da medida recomendada no subitem 14.7, bem como do cumprimento dos prazos contidos no subitem 30.6;
- 10.5.2.** Que a Câmara Municipal de Carauari promova a efetiva criação de um sistema de controle interno específico para o Legislativo local, que o exercício do mesmo seja mais diligente e preciso nos registros contábeis e documentais daquele órgão, de modo a evitar incoerências, omissões e erros, passíveis, em caso de notória repetição, de sanção, conforme itens 20 e 24.5;
- 10.5.3.** Que a Comissão de Inspeção competente, ao longo de suas atividades, analise, criteriosamente, a existência de casos com potencialidade nepotismo, seja ele direto, seja indireto, nos termos mencionados nesse voto, conforme subitem 21.7;
- 10.5.4.** Que, nas próximas inspeções a serem realizadas no Poder Legislativo de Coari, a Comissão competente atente à reincidência no descumprimento das recomendações e determinações formuladas acima, sob pena do disposto no artigo 188, III, “e”, da Resolução nº04/2002-TCE/AM;



**ACÓRDÃO Nº 496/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.6. Conceder Prazo** a Câmara Municipal de Carauari, de 120 dias, para que:

**10.6.1.** Dê início aos atos de realização de concurso público para dar provimento aos cargos públicos de provimento efetivo ainda vagos, concretizando a regra constitucional de proporcionalidade entre os cargos comissionados e os cargos públicos de provimento efetivo, conforme item 19;

**10.6.2.** Dê início aos atos de realização de concurso público ou, caso não existam os respectivos cargos, aos atos de criação desses cargos públicos de provimento efetivo, para as atividades de Consultoria/Assessoramento Contábil e Jurídico, bem quaisquer outras relativas a terceirizações ilícitas em atividades-fim da Administração Pública, conforme item 22.

**10.7. Notificar o Sr. João Dantas de Brito Neto**, encaminhando com cópia do Relatório/Voto e deste Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresentar o devido recurso no prazo legal.

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 11 de Junho de 2019

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral